

MP 839/2018 retira criminosamente verbas de áreas sociais para subsidiar o diesel.

A Diretoria da ADUFSCar vem manifestar seu completo repúdio à Medida Provisória 839/2018, que, de forma absolutamente inaceitável, retira ainda mais recursos das áreas sociais – e particularmente da educação, da ciência, da tecnologia e da inovação – para viabilizar o subsídio ao diesel, recém negociado.

Importante registrar a injusteza das reivindicações dos caminhoneiros; os maiores beneficiários, contudo, foram as grandes empresas de transporte de cargas, donas de estimados 70% da frota de caminhões. Os demais derivados do petróleo, como a gasolina e o gás de cozinha, cuja alta tem efeitos em toda a cadeia de consumo, continuam com preços exorbitantes, e ficarão mais caros, considerando que o governo mantém a estratégia de envio de óleo para ser refinado pelas concorrentes internacionais da Petrobrás, enquanto que, no Brasil, implementam-se políticas que tornam mais precários os serviços dessa empresa, diminuindo sua capacidade de refino e colocando as nossas refinarias na lista das privatizações, em verdadeira afronta à soberania nacional.

A MP 839/2018 abre crédito extraordinário no valor de R\$ 9,58 bilhões em favor dos Ministérios de Minas e Energia e da Defesa. Damos abaixo exemplos dos cortes (dentre muitos outros) propostos pela MP, para que se tenha uma ideia da lógica utilizada pelo governo Temer, ou seja, do tipo de investimentos considerados descartáveis:

- **Educação de qualidade para todos** – Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – PROIES (R\$55.101.206)
- **Integralização de cotas em Fundos de Garantia de Operações de Crédito Educativo** (R\$150.000.000)
- **Promoção da Educação do Campo** (R\$32.479.871)
- **Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Estrangeiros, Serviços Consulares, Assistência a Brasileiros no Exterior e outros itens** (R\$8.936.248)
- **Ciência, Tecnologia e Inovação** (R\$21.750.024)
- **Esporte, Cidadania e Desenvolvimento** (R\$8.646.076)
- **Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)** (R\$159.991.108)
- **Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)** (R\$13.620.825)
- **Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde; Residência de Profissionais de Saúde** (R\$2.578.185)
- **Redução do impacto social do álcool e outras drogas** (R\$1.600.654)
- **Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para a Prevenção e Vigilância de Doenças Transmissíveis e Resposta às Emergências; Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e Saúde, dentre outros** (R\$5.261.838)
- **Previdência Social** (R\$28.674.965)
- **Transporte Aquaviário** (R\$378.089.345)
- **Desenvolvimento Regional e Territorial** (R\$77.519.978)
- **Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar** (R\$17.443.610)
- **Justiça, Cidadania, Segurança Pública** (R\$8.163.773)
- **Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária** (R\$4.967.094)
- **Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública** (R\$10.127.365)
- **Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas Regionalizadas, com vistas à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental e outros** (R\$7.345.395)
- **Moradia Digna** (R\$7.742.355)
- **Políticas para as Mulheres – Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência** (R\$661.623)
- **Agropecuária Sustentável** (R\$660.769)
- **Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas** (R\$625.310)
- **Aviação Civil** (R\$1.281.127)
- **Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade** (R\$3.213.971)
- **Mudança do Clima** (R\$1.915.361)
- **Gestão de Riscos e de Desastres** (R\$434.119)

Reforçamos, assim, mais uma vez, a imperiosa urgência de que os movimentos sociais, sindicais, e toda a sociedade brasileira se mobilize contra as políticas do atual governo, que, na área da educação superior, levarão as redes de instituições federais de ensino superior e seus servidores, em curto tempo, a uma situação insustentável.